



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR  
Blumenau - SC - Brasil

---

COMPLEXO ESPORTIVO DO PACAEMBU (1930-1940): A CONCEPÇÃO DE UM DISPOSITIVO

**Stela de Camargo Da Dalt** (Instituto de Arquitetura e Urbanismo da ) - [stela.dalt@usp.br](mailto:stela.dalt@usp.br)

*Formada em Arquitetura e Urbanismo pela FAU USP. Mestranda em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo pelo IAU USP*

## Complexo esportivo do Pacaembu (1930-1940)

### A concepção de um dispositivo

#### INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata do contexto histórico que levou à construção de um Estádio municipal no bairro do Pacaembu entre os anos 1930 e 1940. Paralelamente, adentra a discussão teórica acerca das noções foucaultianas de *dispositivo* e *disciplina* para, a partir, de um lado, da relação entre história da cidade e da formação urbana, e de outro, da genealogia do poder, refletir sobre a relevância que a *disciplina* do urbanismo e da educação cívica teve sobre o projeto modernista para a cidade de São Paulo no início do século XX. Durante o período, Mário de Andrade e Paulo Duarte, intelectuais à frente do Departamento de Cultura, levaram a cabo o projeto da educação e da cultura como dispositivos civilizatórios, que teriam a função de moldar o/a cidadão/cidadã brasileiro/cidadã do futuro.

A contextualização do cenário político, das ações e do pensamento da *intelligentsia* paulistana à frente do Departamento de Cultura — autarquia municipal responsável por tais propostas — visa compreender o que esteve por trás da concepção desses lugares. As intenções de seus idealizadores, entretanto, diferem-se da recepção e da continuidade que foi (ou não) dada à empreitada civilizatória concebida nas primeiras décadas do século passado. Isso porque o projeto — da escala mais geral à mais específica — dos dispositivos considerava apenas uma versão, dentre tantas, a respeito de uma mesma realidade. Nesse sentido, o escopo deste trabalho é relativo à criação de dos equipamentos, sem entrar no mérito da apropriação da sociedade a partir da data de inauguração, no dia 27 de abril de 1940.<sup>1</sup>

Dessa maneira, para possibilitar a reflexão sobre o papel do urbanismo e da educação cívica na criação do complexo esportivo do Pacaembu, iniciaremos com o contexto histórico e político da São Paulo do período entreguerras. A partir disso, apresentaremos as noções foucaultianas que se relacionam aos objetivos propostos neste artigo. Em seguida, voltaremos à cena intelectual e paulistana, para aprofundar o entendimento de produção e circulação das ideias que levaram aos projetos mais emblemáticos para espaços públicos na cidade. Encerraremos com a cerimônia de inauguração do Estádio municipal do Pacaembu para, por fim, provocar o leitor com a associação entre disciplina, estratégia e sua ligação com a educação militar e com a guerra. Este último gesto deixa em aberto um questionamento sobre a efetividade na imposição de condutas a partir de sua relação umbilical com concepções dualistas acerca da história nacional (OLIVEIRA, 2013).

#### SÃO PAULO DOS ANOS 1930 E 1940

A partir do final do século XIX e início do século XX, a cidade de São Paulo se tornou um polo de atração de capitais e de populações graças à expansão da economia cafeeira. Com a eclosão da 1ª Guerra Mundial foi necessário adotar

---

<sup>1</sup> Uma investigação que verifique a efetividade da educação cívica e do esporte como dispositivos disciplinares poderá ser desenvolvida em trabalhos subsequentes.

um modelo de substituição de importações, que resultou em expressivo aumento do parque industrial da capital paulista. A combinação desses fatores fez com que em menos de 30 anos a cidade se transformasse em uma metrópole urbana. No final dos anos 1930 já se contavam mais de 1 milhão de habitantes. A velocidade de crescimento populacional não foi acompanhada com igual rapidez pela provisão de infraestrutura, a cargo de empresas americanas — *São Paulo Railway Company* —, inglesas — *São Paulo Gas Company* — e canadenses — *São Paulo Tramway Light & Power*. O oferecimento dos serviços de energia elétrica, gás e transporte sobre trilhos era fruto de contratos de concessão firmados entre a municipalidade e as empresas estrangeiras (ROLNIK, 1999, p. 149).

Durante os anos 1920 e 1930, viveu-se na cidade um acirramento das questões sociais advindas da expansão industrial. O contingente de operários imigrantes de países europeus, com histórico de politização e de luta política por melhores condições de vida, influenciou a crise promovida pela alta no preço dos terrenos, o crescente preço dos alimentos, a inflação e pela a eclosão da epidemia de gripe espanhola. Tal conjuntura pressionou a administração, que no período era dominada pelo partido das oligarquias agrário-exportadoras, o Partido Republicano Paulista (PRP). Ao final da 1ª Guerra Mundial, o contexto da crise somado às mortes decorrentes da epidemia provocou o aumento nas tensões e conflitos existentes na cidade. Operários e moradores de bairros populares se revoltavam contra os baixos salários e as más condições de sobrevivência.

O recém-formado proletariado urbano incorporava o espírito de revolta característico daquele período e deu início a uma onda de agitação nas ruas, protestos, greves e passeatas. A classe média, grupo social novo e sem representação nos quadros de dirigentes, juntou-se às sedições populares reivindicando reconhecimento e participação política (ROLNIK, 1999, pp. 154-155). Em resposta à desordem, os governantes do PRP fizeram o uso do aparato policial repressivo e de fraudes na máquina Estatal para manter a hegemonia política e os privilégios dela decorrentes. Tais fatores elevaram o grau de conflitos entre perrepostas culminando na cisão da legenda e na criação de um partido de “oposição”, o Partido Democrata (PD). A reação do PRP à crise social que se havia instaurado é relatada por Rolnik (1999) no trecho:

“A resposta que o PRP apresentava à nova realidade política da cidade era a repressão e o reforço às fraudes e impedimentos para a ampliação da participação política. A célebre expressão de Washington Luís, prefeito de São Paulo de 1914 a 1919, governador do Estado de 1920 a 1924 e o último presidente da era PRP, de 1926 a 1929 — “a questão social é um caso de polícia” — definia o tom conservador e repressivo do republicanismo paulista. Aliando-se às novas classes dominantes ligadas à indústria e associadas ao capital estrangeiro, o PRP respondia à questão social com prisões, deportações e ocupação do espaço público com forte esquema militar e policial.” (Ibid., p. 155).

O contexto de crise não foi amenizado pela repressão. Aos populares se juntaram opositores políticos e militares e, em 1924, tropas rebeldes ocuparam pontos estratégicos da cidade, culminando na tomada do governo. A empreitada, bem-sucedida por um curto período após a saída do governador do Estado, foi logo reprimida pelas forças governamentais, com ataques que duraram 29 dias

e noites, atingindo principalmente os bairros populares. Em meio ao ambiente de efervescência e descontentamento, o quadro político da Primeira República se transformou e progressivamente deu lugar a um Estado intervencionista de apelo nacionalista. Tal mudança de direção se deu pela segmentação de forças, fruto da cisão partidária do partido da oligarquia, que possibilitou a entrada de novos agentes políticos na administração municipal (ROLNIK, 1999). O grupo ligado ao PD era composto de dissidentes do PRP e de membros influentes da imprensa “independente”, como a família Mesquita, que detinha do controle do jornal O Estado de São Paulo e representava uma liderança de força na oposição, além de se considerarem baluartes do liberalismo e de deterem a condição de “empresários culturais” (MICELI, 2001, p. 90).

O PD reivindicava maior “moralização” do processo eleitoral, como voto secreto e verificação dos resultados das urnas, devido ao fato do processo eleitoral ser manipulado por parte dos coronéis perrebitas, favorecendo a manutenção desse grupo no poder. Também defendiam a “modernização” por meio de reformas educacionais. Naquele contexto, grupos de oposição como a Liga Nacionalista e o PD almejavam ser alçados a porta-vozes da classe dirigente e dos diversos grupos que a compunha (Ibid., p. 92).

“As mudanças ocorridas tanto no nível das organizações políticas como no nível das instâncias de produção cultural (que resultaram, por sua vez, da transformação da estrutura de classes) se fizeram acompanhar por uma transformação radical das modalidades de acesso às carreiras dirigentes. De agora em diante não era mais possível valer-se das prerrogativas inerentes ao sistema de reprodução direta que fazia com que a passagem pela Faculdade de Direito constituísse apenas um simples estágio de iniciação ao conjunto de modelos masculinos da classe dirigente e de integração na rede de relações de suas famílias.” (Ibid., p. 93).

As novas dinâmicas políticas e a cisão no partido hegemônico implicaram na mobilização de jovens, que se tornaram militantes do PD, e criaram novas instâncias de produção ideológica e cultural, além de terem contribuído para “transformar o espaço de oportunidades abertas à colaboração dos intelectuais” (Ibid, p. 92). Tais modificações também repercutiram em alterações na ordem urbanística. Durante a administração do prefeito Pires do Rio, o último prefeito eleito antes da cisão do PRB, houve uma polêmica acerca da concessão do serviço de transportes. Naquele período, ocorreu um conflito entre a Light, empresa privada detentora dos serviços de bondes e trens, e o recente sistema de ônibus, que resultava da crescente expansão da indústria automobilística impulsionada pela popularização dos automóveis iniciada por Ford. A partir de 1924 já circulavam na cidade os primeiros ônibus, e o serviço sobre rodas rapidamente se transformou na principal forma de locomoção, competindo com os bondes, dos quais a Light detinha o monopólio. Tal conjuntura levou a empresa estrangeira a propor um novo contrato de concessão com a prefeitura. A companhia requeria o monopólio no oferecimento dos ônibus e o aumento na tarifa dos bondes.

Após extenso embate, a prefeitura paulistana, que naquele momento contava com novos atores políticos, não renovou o contrato de concessão com a Light (ROLNIK, 1999, pp. 160-161). Um dos motivos que influenciou a rejeição da proposta encaminhada pela Companhia foi que o projeto inviabilizaria a

implantação da proposta urbanística de Prestes Maia, também conhecida como “Plano de Avenidas”. Segundo Rolnik:

“A concepção urbanística proposta por Prestes Maia em 1924 e iniciada por Pires do Rio se opunha a qualquer obstáculo físico para o crescimento urbano ou a qualquer definição a priori de um limite para o crescimento da cidade. Essa posição era totalmente compatível com a necessidade de espalhar a cidade considerada densa e explosiva. O uso de ônibus a diesel tornaria acessíveis — em termos de transporte — os bairros na periferia. A flexibilidade do serviço de ônibus, ao contrário dos bondes e trens, cujo raio de influência era limitado pela distância entre estações, combinada com um modelo de expansão horizontal, trazia a solução para a crise de moradia com a autoconstrução em loteamentos na periferia. O modelo das casas autoconstruídas na periferia desequipada evitava a desvalorização das regiões centrais, ao mesmo tempo em que tirava o peso do pagamento do aluguel do custo de vida dos trabalhadores.” (Ibid., p. 162).

Na cidade de São Paulo, que se estabelecia como metrópole industrial, observava-se o fenômeno da urbanização sem industrialização, conforme trecho de Oliveira (1982):

“No momento em que se inicia a industrialização, as relações cidade-campo de novo se mantivessem estanques desse ponto de vista, caracterizando uma industrialização que forçou um processo de urbanização numa escala realmente sem precedentes. Noutras palavras, a indústria no Brasil ou seria urbana, ou teria muito poucas condições de nascer. Esse é na verdade o maior determinante do fato de que a nossa industrialização vai gerar taxas de urbanização muito acima do próprio crescimento da força de trabalho empregada nas atividades industriais. Isso, retomando uma de nossas primeiras observações, vai dar lugar ao que a sociologia vulgar chamou de urbanização sem industrialização e toda teorização sobre o “inchaço” e a marginalidade social nas cidades. Não se quer dizer que não haja marginalidade social nas cidades, mas essa marginalidade social é, ela mesma, um componente dos exércitos industriais de reserva.” (OLIVEIRA, 1982, p. 42).

O Plano de Avenidas de Prestes Maia viabilizou o espraiamento da urbano e implantou a racionalidade “radial perimetral” no traçado das ruas e avenidas na parcela consolidada da cidade. Uma das principais consequências do desenho viário foi a divisão do espaço em setores ricos e pobres. A medida teve inspiração no urbanismo europeu, em que se buscava responder às agitações sociais, à pobreza e às pragas urbanas. A respeito da invenção do urbanismo como resposta aos medos por parte dos Estados, Foucault explica as soluções de planejamento para as cidades se desenvolverem no âmbito da “medicina urbana”, que tinha como principal objetivo “analisar as zonas de amontoação, desordem e perigos no interior da amurada urbana” (FOUCAULT, 2011, p. 416). Além disso tinha o objetivo de controlar a circulação do ar e da água, fatores que costumavam ser associados à propagação de doenças. O objetivo era, além da possibilidade de melhorar policiamento, estabelecer melhor circulação de água e ar, de modo a realizar uma “verdadeira organização sanitária da cidade” (Ibid., p. 417).

À medicina urbana, que tinha como objetivo de promover mudanças no urbano e produzir maior salubridade nas cidades, também se somou o que o

filósofo chamou de medicina da força de trabalho. Tal medicina, que também poderia ser chamada de “medicina dos pobres”, resultou na separação entre a cidade dos ricos e a cidade dos pobres, pois “a coabitação entre pobres e ricos em um meio urbano indiferenciado constituía um perigo sanitário e político para a cidade” (Ibid., pp. 421-422).

A partir da mudança nos quadros partidários, difundiu-se a necessidade de reestruturação urbanística da cidade, como a regulação dos serviços públicos e a proteção dos pobres. Após os turbulentos anos de 1930, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista econômico decorrente da crise de 1929, o governo golpista de Getúlio Vargas estabeleceu um novo paradigma de forças ao se alinhar com um modelo de governo Estadista, nacionalista e populista. A cidade de São Paulo, que vivia uma situação bastante delicada do ponto de vista da expansão territorial e do espraiamento urbano, patinou na formulação de leis que reconhecessem os assentamentos populares. O Código de Obras Arthur Saboya, apresentado em pleno período de agitação revolucionária, em 19 de novembro de 1929, não representava avanços em tal matéria e desconsiderava o modo de produção residencial nas periferias da cidade. A respeito de contradições na implantação das melhorias de infraestrutura viária e o conservadorismo do Código de Obras, encaminhado no fim do mandato de Pires do Rio, Rolnik (1999) expõe que:

“Do ponto de vista da abertura de ruas e da política de transporte urbano, Pires do Rio iniciou uma revolução territorial na cidade implementando o Plano de Avenidas de Prestes Maia e regulamentando o transporte de ônibus. A ideia de expansão ilimitada contida no Plano, aliada à adoção do transporte de ônibus, viabilizaram a expansão da periferia para os pobres. Porém do ponto de vista da legislação urbana, tal mudança ainda não havia ocorrido. O código minuciosamente formal e detalhado nos seus 595 artigos contradizia diretamente a lógica de uma cidade que iniciava um processo de expansão horizontal ilimitada sobretudo através de assentamentos populares. O Código simplesmente não considerava regras para a expansão da periferia da cidade e de construção de casas por seus próprios habitantes nos fins de semana, repetindo a fórmula adotada na legislação anterior de definir um perímetro urbano que precisava ser mantido sob controle e reiterando a condição rural de muitas das regiões para onde a expansão da cidade se dirigia naquele momento.” (ROLNIK, 1999, p. 164).

Tais problemas vividos anteriormente à Era Vargas foram solucionados com a adoção do salário-mínimo, que viabilizaria a subsistência do proletariado urbano que se instalava nas periferias. As questões fundiárias que ainda careciam de resolução urbanística começaram a ser superadas a partir da promulgação do Ato 32, por meio do qual foi possível reconhecer os loteamentos irregulares e legalizar o problema da moradia, que naquele período se resolvia por meio da autoconstrução. Depois se passou à modificação do antigo Código de Obras Arthur Saboya, que foi atualizado e publicado em 1934. A nova regulação incorporava uma novidade quanto à cidade que era considerada legal e a cidade tida como ilegal (cidade oficial vs. cidade extraoficial). A legalidade reservava a possibilidade de receber investimentos de infraestrutura, que poderiam ocorrer em qualquer lugar da cidade; a questão que se delineava eram as formas com que os locais seriam considerados legais e, em decorrência, merecedores do “favor” de serem incorporados à cidade oficial (ibid., p. 168).

Tais mudanças na legislação corresponderam a um pacto territorial que viria a ser denominado pelos autores que tratam da questão social, como a ideologia da outorga, que significava “dizer que o ato fundador da cidadania era uma relação de doação do Estado para o povo” (Ibid., p. 169).

## URBANISMO DISPOSITIVO E DISCIPLINA

Foucault aborda em seus estudos acerca da genealogia do poder as formas de poder *disciplinar*<sup>2</sup> e de *biopoder* para tratar das esferas de disciplinarização dos corpos e das populações.<sup>3</sup> Da mínima condução dos indivíduos e corpos ao biopoder, que incidiria sobre a coletividade de sujeitos — a população —, Foucault (2008) expõe que:

“A população está assim na base tanto da riqueza quanto do poderio do Estado é algo que só pode ocorrer, claro, se ela é enquadrada por todo um aparato regulamentar que vai impedir a emigração, atrair os imigrantes, beneficiar a natalidade, um aparato regulamentar que também vai definir quais são as produções úteis e exportáveis, que vai estabelecer também os objetos a serem produzidos, os meios de produzi-lo, os salários também, que vai proibir o ócio e a vagabundagem. (...) Em outras palavras, era a população como força produtiva, no sentido estrito do termo, a preocupação do mercantilismo — e creio justamente que não é evidentemente tampouco no século XIX que a população será considerada essencial e fundamentalmente força produtiva. (...) População, princípio de riqueza, força produtiva, enquadramento disciplinar: tudo isso se articula no interior do pensamento, do projeto e da prática política dos mercantilistas.” (FOUCAULT, 2008, pp. 90-91).

A citação indica que os governos passaram a incidir sobre a conduta das populações por meio de instituições disciplinares — escolas, prisões, hospitais, instituições psiquiátricas, exército, etc.— quando se transformaram em riqueza para os Estados, que buscavam formas de

---

<sup>2</sup> O tema da *disciplina* permeia toda a obra do Filósofo, podendo ser encontrado em “Os anormais”, “Arqueologia do saber”, “Ditos e Escritos I”, “Ditos e Escritos II”, “Ditos e Escritos III”, “Ditos e Escritos IV”, “Ditos e Escritos V”, “Ditos e Escritos VI”, “Ditos e Escritos VII”, “Ditos e Escritos VIII”, “Ditos e Escritos IX”, “Ditos e Escritos X”, “História da loucura”, “História da sexualidade 1”, “História da sexualidade 3”, “Em defesa da sociedade”, “As palavras e as coisas”, “Doença mental e personalidade”, “Doença mental e psicologia”, “O nascimento da clínica”, “A ordem do discurso”, “O poder psiquiátrico”, “Vigiar e punir”, “Em defesa da Sociedade”, “Segurança, Território, População” e “Nascimento da biopolítica”.

<sup>3</sup> “Poderíamos dizer isto: tudo sucedeu como se o poder, que tinha como modalidade, como esquema organizador, a soberania, tivesse ficado inoperante para reger o corpo econômico e político de uma sociedade em via, a um só tempo, de explosão demográfica e de industrialização. De modo que à velha mecânica do poder de soberania escapavam muitas coisas, tanto por baixo quanto por cima, no nível do detalhe e no nível da massa. Foi para recuperar o detalhe que se deu uma primeira acomodação: acomodação dos mecanismos de poder sobre o corpo individual, com vigilância e treinamento — isso foi a disciplina. É claro, essa foi a acomodação mais fácil, mais cômoda de realizar. É por isso que ela se realizou mais cedo — já no século XVII, início do século XVIII — em nível local, em formas intuitivas, empíricas, fracionadas, e no âmbito limitado de instituições como a escola, o hospital, o quartel, a oficina etc. E, depois, vocês têm em seguida, no final do século XVIII, uma segunda acomodação, sobre os fenômenos globais, sobre os fenômenos de população, com os processos biológicos ou biosociológicos das massas humanas. Acomodação muito mais difícil, pois, é claro, ela implicava órgãos complexos de coordenação e de centralização”. (FOUCAULT, 2019, p. 210).

potencializar seu poderio econômico. O filósofo relaciona a aplicação de técnicas disciplinares à expansão do sistema econômico capitalista, com perpétua capacidade de aprimoramento e transformação. Isso se daria pela positividade inerente das normas e instruções, que o filósofo italiano Giorgio Agamben (2014) afirma se relacionarem aos fatores que afetam e interferem no comportamento dos sujeitos. Agamben relaciona a noção de positividade utilizada por Foucault à noção de dispositivo, conforme trecho:

“Se “positividade” é o nome que, segundo Hyppolite, o jovem Hegel dá ao elemento histórico, com toda sua carga de regras, ritos e instituições impostas aos indivíduos por um poder externo, mas que se torna, por assim dizer, interiorizada nos sistemas de crenças e dos sentimentos, então Foucault, tomando emprestado este termo (que se tornará mais tarde “dispositivo”), toma posição em relação a um problema decisivo, que é também o seu problema mais próprio: a relação entre os indivíduos como seres vivos e o elemento histórico, entendendo com este termo o conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras em que se concretizam as relações de poder. O objetivo último de Foucault não é, porém, como em Hegel, aquele de reconciliar os dois elementos. E nem mesmo o de enfatizar o conflito entre esses. Trata-se para ele, antes, de investigar os modos concretos em que as positivities (ou os dispositivos) agem nas relações, nos mecanismos e nos “jogos” de poder.” (AGAMBEN, 2014, p. 32-33).

O dispositivo seria, assim, um desdobramento da ideia de positividade, e trata do exercício de poder como uma maneira de estruturar “o campo de ação possível dos outros. O que seria, assim, o próprio de uma relação de poder é que ela seria um modo de ação sobre ações” (FOUCAULT, 2014, p. 135). Conforme relata Lemke (2018), a abordagem adotada por Foucault a partir de seus estudos genealógicos, busca dar mais atenção às “estratégias explícitas e para a organização consciente” ao invés de se engajar na “busca pelo não dito, o escondido ou o reprimido” (LEMKE: 2018, p. 38). A respeito do que o filósofo entenderia ser o sentido e função metodológica do termo dispositivo, Foucault responde, em uma entrevista concedida em 1978:

“Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes.

Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante.” (FOUCAULT, 1998, p. 244).

O filósofo propõe, assim, que as análises históricas se voltem à rede que se pode estabelecer entre os diversos elementos ditos e não ditos que foram mobilizados em determinados momentos históricos com a “função de responder a uma urgência” (Idem). Os dispositivos deveriam ser avaliados, assim, segundo sua função “estratégica”.

A etimologia da palavra estratégia se refere à arte de liderar ou comandar e remete à tradição militar. Ao propor a aproximação entre dispositivo e estratégia, Foucault se aproxima das análises que teceu acerca da conexão entre a política e a guerra civil, que fundamentaram a proposta de inversão do aforismo de Clausewitz, de que a política seria a guerra continuada por outros meios (FOUCAULT, 2019, p. 15). Acerca da relação entre dispositivo, poder e estratégia, Foucault expõe:

De fato, entre relação de poder e estratégia de luta, há apelo recíproco, encadeamento indefinido e inversão perpétua. A cada instante, a relação de poder pode tornar-se, e, em alguns pontos, se torna, um enfrentamento entre adversários. A cada instante, também, as relações de adversidade, em uma sociedade, dão lugar à utilização de mecanismos de poder. (FOUCAULT, 2014, p. 139).

Por meio dessa breve exposição, procuramos abordar a aproximação que Foucault desdobrou entre tecnologias disciplinares, dispositivos de poder e estratégia de guerra. Tal referencial será utilizado como plano de fundo para a exposição da conjuntura histórica dos anos 1920, 1930 e 1940 e a atuação do Departamento de Cultura chefiado por Mário de Andrade, como a proposta de construção do Estádio Municipal do Pacaembu, em 1940.

## **DISCIPLINA, DITADURA E SUA COEXISTÊNCIA COM O PROJETO MODERNO: O DEPARTAMENTO DE CULTURA**

Como se pode perceber, as mudanças sociais e morfológicas na cidade de São Paulo coincidiram com as constantes mudanças políticas na esfera governamental. A ampliação de políticas populistas fez com que na administração do prefeito Fábio Prado, de 1934 a 1938, fosse criado o Departamento de Cultura (DC), fruto de uma aproximação entre o prefeito e os intelectuais responsáveis pela Semana de Arte Moderna de 1922. O departamento, criado em 1935, seria chefiado pelo paulistano Mário de Andrade, um militante do Partido Democrata. Miceli (2011) caracterizou a participação dos intelectuais na política brasileira daquele período como uma das formas de inserção social nos quadros dirigentes. Mário de Andrade e Paulo Duarte, integrantes do DC, faziam parte dos “primos pobres”, grupo que trilhou caminhos tortuosos na tentativa de inserção na política. Segundo Miceli, por serem “originários de famílias com proles numerosas, os “primos pobres” devem o mínimo de vantagens escolares e culturais com que se beneficiaram aos favores e ao amparo que a oligarquia dispensa a seus ramos empobrecidos” (MICELI, 2001, p. 105).

A órgão público recém-criado tinha projetos que se voltavam à formação de cidadãos que atendessem às necessidades da sociedade industrial paulistana. Integrava, assim, uma política cultural relacionada à construção de

parques públicos, escolas, bibliotecas, pistas de atletismo e piscinas públicas. A construção de parques públicos foi conduzida privilegiando as áreas habitadas por populações mais pobres, geralmente próximas aos bairros industriais e vilas operárias, visando a utilidade dos equipamentos e a separação social entre os bairros. Segundo relatos do escritor e membro do Departamento de Cultura à época, Paulo Duarte, a implantação de parques fazia parte de um projeto coordenado, aos moldes da “medicina social” à qual Foucault se dedicou em alguns de seus escritos (FOUCAULT, 2011). Segundo Duarte (1971) a finalidade dos parques era “conservar as crianças pobres fora da rua, prevenir a delinquência infantil, promover, ao ar livre, a saúde dos desprotegidos, assistindo-os, observando as suas tendências para a efetivação do trabalho do parque: a educação” (DUARTE, 1971, p. 82).

Além da construção dos equipamentos públicos, o DC elaborava relatórios a partir da observação de seus frequentadores com a finalidade última e “das mais importantes” de:

“(…) cultivar as boas e analisar e observar as más tendências, para serem combatidas. E o despertar nas novas gerações o gosto, criando o hábito de empregar seus lazeres em atividades saudáveis de alto cunho moral e higiênico; contribuir para a educação social infantil, proporcionando oportunidades e meios de recreação ao ar livre; estreitar o convívio de crianças de todas as classes sociais, desviá-las dos maus hábitos, dos vícios e da criminalidade, para ambientes saudáveis e atraentes, reservados aos seus divertimentos e exercícios.” (Ibid., 1971, pp. 82-83).

A ideia de que a prática esportiva permitia a disciplinarização dos indivíduos e o aprendizado de valores desejáveis para a sociedade estava presente também no pensamento dos intelectuais ricos conhecidos como “homens sem profissão”. Como se pode observar pelo trecho abaixo, em que Miceli (2011) comenta sobre o pensamento presente também em nos intelectuais provenientes de famílias abastadas, como Candido Motta Filho, que relacionava o gosto e aptidão esportiva à tendência ao *comando*:

“Vale dizer, o interesse pelos esportes e a crença de que a prática esportiva poderia despertar as “qualidades” que ele atribui a Brasília — “um comandante”, “menino voluntarioso”, “nascido para dar ordens”, “seguro de si mesmo” — estão para os futuros homens de negócios assim como a “saúde precária” e a “timidez” estão para os futuros ocupantes de posições culturais.” (MICELI, 2001, p. 110).

A partir de tal contexto, os intelectuais que povoavam o Departamento de Cultura se viram incutidos da missão pacificadora de promover união entre os diversos segmentos da sociedade. Segundo pensamento da época, se adotada a educação disciplinar, as crianças poderiam ser “salvas” da delinquência. A inauguração do Estádio Municipal no início do século XX se deu em plena modernidade, período em que foram empreendidos esforços na construção de sentido, sentimento de lealdade e de identidade, de modo a influenciar o vínculo espaço-temporal dos sujeitos com as realidades nacionais e o elo entre o passado e o futuro (HALL, 2006, pp. 50-65). No âmbito do equipamento público, tais articulações se davam por meio da educação ligada à prática do esporte e aos eventos cívicos que ali viriam a se realizar. Pode-se dizer, portanto, que o contexto de sua produção se associa tanto aos interesses nacionais de

constituição dos “novos homens”, vinculados a ideias de ordem e disciplina inerentes às práticas esportivas, quanto à afirmação da hegemonia econômica e industrial paulista. (ASUMPÇÃO, 2019, p. 4)

### **A CONSTRUÇÃO DE UM ESTÁDIO NO BAIRRO DO PACAEMBU**

O bairro do Pacaembu teve sua história ligada à Cia. City. A construção do complexo esportivo, iniciada em 29 de novembro de 1936, apesar de ter sido realizada pela administração municipal, tinha a empresa privada como principal interessada. Naquela época já ocorria o direcionamento de políticas públicas em benefício de uma elite econômica, que buscava atrair investimentos públicos para seus territórios e valorizar seus empreendimentos. De modo a incentivar investimentos na área, a City doou o terreno de cerca de 5 hectares no vale do ribeirão do Pacaembu. Como contrapartida para a doação, pedia que fosse construída infraestrutura viária e um equipamento público.

Apesar do tema ter gerado discordâncias entre os atores políticos da época quanto à relevância de um equipamento público em um bairro habitado e frequentado pelas classes abastadas da sociedade paulistana, sua inauguração foi vista como um marco nas políticas nacionais de educação cívica, saúde e promoção do esporte e cultura nacional. Observa-se, então, o uso do complexo esportivo numa construção simbólica que beneficiaria tanto particulares (Cia. City) quanto a ditadura estado-novista, ambos operadores de tal sistema de dominação.

Nos anos quarenta, quando se discutiu a construção de um estádio no terreno que fora doado pela Cia. City à municipalidade, o debate foi marcado por disputas.<sup>4</sup> Apesar disso, o Estádio e o conjunto esportivo foram inaugurados em 27 de abril de 1940, data em que também se celebrava o aniversário do mandato do Interventor Federal Adhemar de Barros. A data de inauguração também foi marcada pela assimilação da obra arquitetônica por parte do governo federal e de seus operadores no Estado de São Paulo, que se ancoravam na mensagem de que o estádio seria parte dos “esforços nacionalistas orientados à formação moral dos cidadãos. Em termos narrativos, o Estádio do Pacaembu tentava ser incorporado pelo Estado Novo como uma obra de caráter nacional, antes que exclusivamente paulista” (MILLAN, 2019, pp. 248-249).

### **ESPORTE, DISCIPLINA E ESTRATÉGIA: A INAUGURAÇÃO DO ESTÁDIO**

A respeito da relação entre o esporte, a técnica disciplinar e estratégia militar, observemos a imagem na página seguinte (imagem 1), em que se

---

<sup>4</sup> As disputas se deram entre entidades esportivas e o então secretário de cultura Mário de Andrade, que discordavam quanto a função social do equipamento. O que estava em questão era a primazia do esporte sobre a formação civil e vice-versa, ou seja, se o conjunto esportivo serviria apenas aos esportes e às atividades físicas ou se cumpriria também a função de formação civil dos cidadãos. Outro litígio envolveu um vereador chamado Marrey Junior e a Secretaria. O político questionava as despesas elevadas dos projetos dirigidos pelo departamento e a consequente negligência com outras áreas da cidade, como os bairros operários, carentes de equipamentos públicos. Marrey Junior criticava também os fracos esforços desse departamento na construção de praças esportivas nesses bairros, uma vez que o Estádio Municipal seria incapaz de impulsionar o esporte em outros bairros da cidade (MILLAN, 2019).

encontra transcrito o “Juramento do Esportista”,<sup>5</sup> declamado pelos alunos da Universidade Presbiteriana Mackenzie no evento de inauguração do Estádio do Pacaembu, em 28 de abril de 1940:

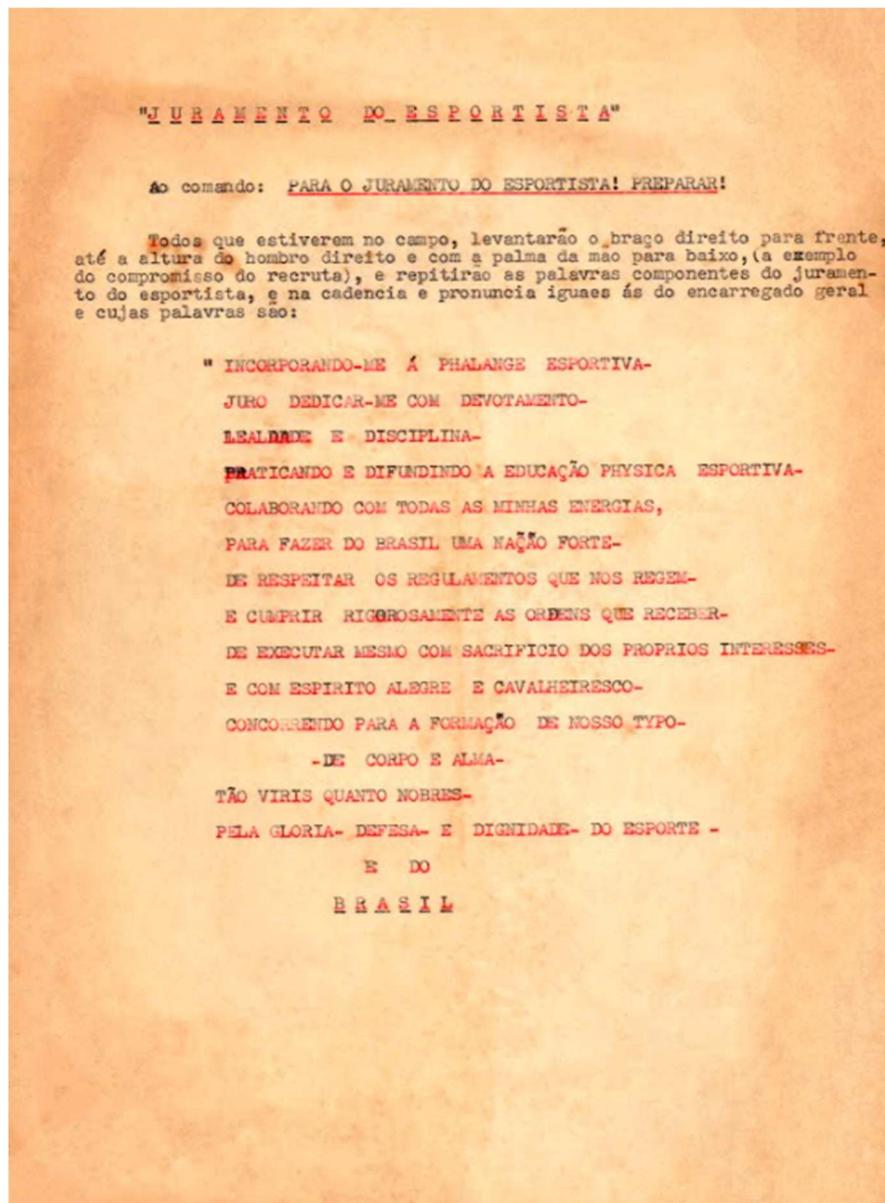


Figura 1. Juramento recitado durante o desfile inaugural do Estádio do Pacaembu. Direitos: Universidade Presbiteriana Mackenzie. Fonte: Museu do Futebol.

No início do texto, encontram-se instruções de conduta para os participantes que, imediatamente após o grito de comando — “Para o juramento dos esportistas! Preparar! —, seriam convocados ao ato de proclamação do juramento. Como o texto sugere, todos “que estiverem no campo, levantarão o braço direito para frente, até a altura do ombro direito e com a palma da mão para baixo, (a exemplo do compromisso de recruta)”. A fala foi, assim, entoada nos moldes dos juramentos do exército e contou com a presença de indivíduos no campo de futebol do Estádio que se inaugurava. Além da postura individual a

<sup>5</sup> Disponível em: <https://artsandculture.google.com/asset/ /JwH93wwr9vFZ5g>. Acessado em 1 de ago. 2021.

ser emulada por cada um, havia a disposição espacial do grupo em campo, que também seguia a referência militar.

Tal registro, se analisado em conjunto com a foto da solenidade (imagem 2), sugere uma nova chave de compreensão à consagrada relação entre a construção do Estádio Municipal e a necessidade de afirmação do poderio econômico e industrial da cidade de São Paulo após a perda hegemonia resultante da derrota na revolução de 1930. A monumentalidade do Estádio Municipal e a potencial vinculação entre prosperidade econômica e poder não foi, entretanto o principal motivo de desenvolvimento de seu projeto. Paulo Duarte indica íntima conexão entre a construção do Estádio e o projeto de cultura de Mário de Andrade, versão paulistana de um dispositivo disciplinar. Tal vocação inicial encontra-se descrita no trecho:

“Hoje toda gente pensa que foi ele construído para ser o Estádio da cidade de São Paulo. Puro engano, o Estádio Municipal foi apenas um complemento dos campos de atletismo, ápice do programa de educação social dos menores paulistas, aqueles que não podiam frequentar os clubes a pagamento, aqueles para os quais a administração pública só olhava quando os metia na cadeia, sob o pretexto de crimes e contravenções, cuja maior responsabilidade recai justamente sobre o meio social que os deixa ao abandono.” (DUARTE, 1971, pp. 87-88).

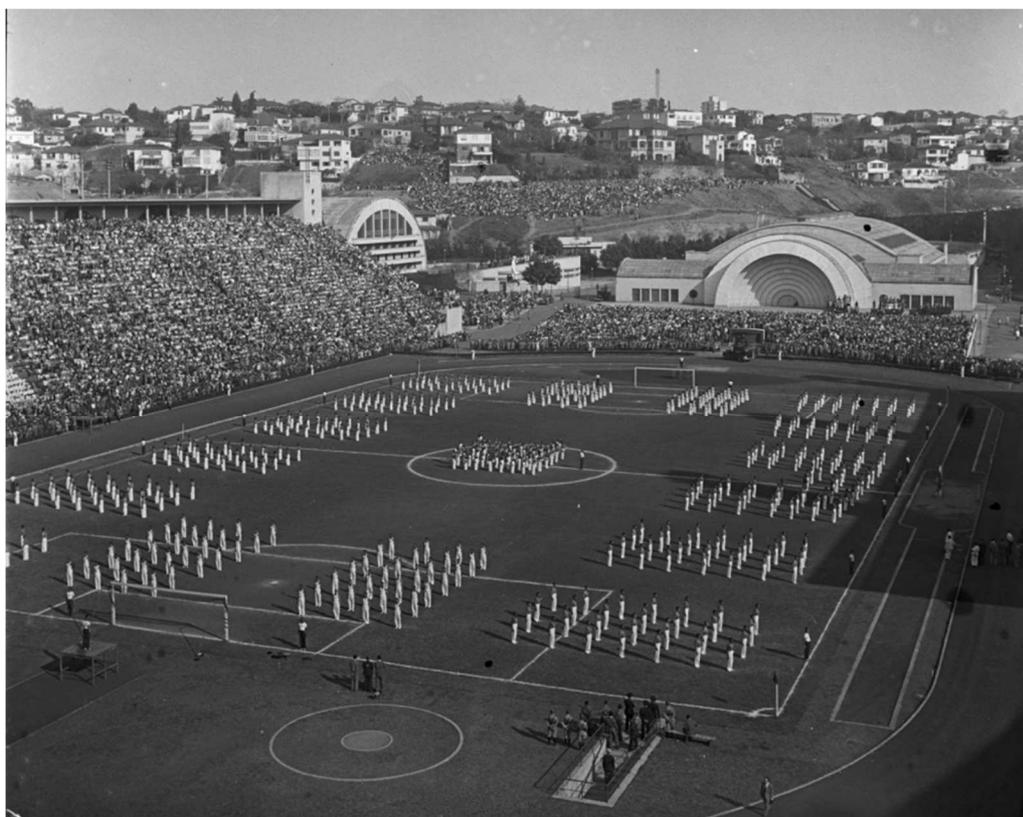


Figura 2. Parada de estudantes da Universidade Presbiteriana Mackenzie durante evento inaugural do Estádio do Pacaembu. Direitos: Sebastião de Assis Ferreira/Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo. Fonte: Museu do Futebol.

Por meio do suporte iconográfico possibilitado pelos registros da época de inauguração do complexo esportivo do Pacaembu, observa-se a relação entre as disciplinas militar e esportiva. Na cerimônia de inauguração, o discurso do presidente Getúlio Vargas abordou objetivo estado-novista de valorização do trabalho, da disciplina e do estado físico dos cidadãos, conforme trecho:

“Este monumento consagrado à cultura física da mocidade, em pleno coração da capital paulista, é motivo de justo orgulho para todos os brasileiros e autoriza aplaudir merecidamente a administração que o construiu. As linhas sóbrias e belas da sua imponente massa de cimento e ferro, não valem, apenas, como expressão arquitetônica, valem como uma afirmação da nossa capacidade e do esforço criador do novo regime na execução do seu programa de realizações.

É ainda, e, sobretudo, este monumental campo de jogos desportivos uma obra de sadio patriotismo, pela sua finalidade de cultura física e educação cívica.

Agora mesmo assistimos ao desfile de dez mil atletas, em cujas evoluções, havia a precisão e a disciplina, conjugadas no simbolismo das cores nacionais. Diante dessa demonstração da mocidade forte e vibrante, índice eugênico da raça, – mocidade em que confio e que me faz orgulhoso de ser brasileiro – quero dizer-vos: Povo de S. Paulo!...Compreendestes perfeitamente que o Estádio do Pacaembu é obra vossa e para ela contribuístes com o vosso esforço e a vossa solidariedade. E compreendestes ainda que este monumento é como um marco da grandeza de São Paulo a serviço do Brasil.

Declaro, assim, inaugurado o Estádio do Pacaembu”.

(ASSUMPÇÃO, 2018, p. 5, apud ALMEIDA; GUTIERREZ; MARQUES, 2013, p. 68).

Compreende-se assim que os ganhos simbólicos que o estádio conferiu à municipalidade e ao estado de São Paulo como um todo, somaram-se as pretensões de domesticação das massas e disciplinarização dos corpos, empreendida pelo contexto político que se transformava. Tais mecanismos são relacionados às tecnologias disciplinares; o como das formas de poder evocadas por Michel Foucault (2008a, 2008b, 2014, 2019) em seus escritos voltados à genealogia dos governos e do Estado. As relações estabelecidas neste trabalho trazem, assim, uma reflexão acerca da construção do complexo esportivo do Pacaembu a partir da noção foucaultiana de dispositivo, posteriormente desenvolvida e aprofundada por Agamben (2014).

## CONCLUSÃO

A constatação de que o complexo esportivo do Pacaembu é e sempre foi pensado para ser um *dispositivo* é interessante de ser feita em um momento em que assistimos a sua atualização para a forma neoliberal de dominação.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> O complexo esportivo do Pacaembu foi objeto de um processo de concessão à iniciativa privada viabilizado pelo Projeto de Intervenção Urbana — PIU Pacaembu, em 2018. A concessionária Allegra Pacaembu, vencedora do Edital de Concessão, passou gerir o complexo em 24 de outubro de 2021, data oficial do início da concessão, que terá duração de 35 anos.

Entretanto, à parte das intenções de governantes e legisladores, tanto aqueles responsáveis por sua construção quanto tantos outros que administraram e/ou o concederam, a relação estabelecida entre a sociedade e um equipamento como o Pacaembu (e tantos outros espaços públicos idealizados/ construídos na primeira metade do século XX e que hoje estão sendo privatizados), escapa intenções predeterminadas. Os estudos das cidades e da urbanização revelam um abismo entre projeto e execução, e apontam para a ingovernabilidade e indisciplinaridade dos corpos e espaços nas metrópoles da periferia do sistema (MARICATO, 2009). A particularidade da realidade brasileira e o comum equívoco de considerar o contexto nacional uma mera repetição/ aplicação de fórmulas importadas dos Estados Unidos ou da Europa (OLIVEIRA, 2013) produzem situações que não entram no *cálculo* e na *estratégia* de elaboração dos dispositivos, mas que, nem por isso deixam de ser implantadas e impostas de cima para baixo.

## REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Ricardo Ramos. *Estádio do Pacaembu - modernidade e obsolescência (1921-1970)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/D.16.2019.tde-26092019-162905. Acesso em: 2021-09-24.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2013.

DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: EDART, 1971.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

FOUCAULT, Michel. "O nascimento da medicina social" (402-424). In: *Ditos & escritos Vol.VII: Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

\_\_\_\_\_. *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. "O sujeito e o poder" (135-140). In: *Ditos e escritos — volume IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

LEMKE, Thomas. Rearticulando o Conceito de Dispositivo: Combinando STS e Analítica de Governo. *Revista Mediações*: Londrina, V. 23, N. 1, 32-62, jan/ jun 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2018v23n1p32>.

MARICATO, Ermínia. "As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias". In: ARANTES, Otília et. al. *A cidade do pensamento único*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Francisco. O Estado e o urbano no Brasil. *Espaço & debates — Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, ano II, v. 6, 36-53, jun/ set 1982.

\_\_\_\_\_. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: FAPESP/ Studio Nobel, 1999.

MILLAN VALDES, Rodrigo Luis. Urbanismo esportivo na América do Sul: ordem, espetáculo e operações imobiliárias (1920-1955). 2019. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.16.2019.tde-23092019-151414. Acesso em: 2021-12-09.